

2.ª edição

3

# PORTUGAL PODE VIVER SEM AS COLÓNIAS?

respondem alguns dos melhores  
economistas portugueses

António Guterres  
Augusto Mateus  
Eduardo Mesquita de Abreu  
F. Ramos da Costa  
Gilberto Lindim Ramos  
João Martins Pereira  
Joaquim Aguiar  
Manuel Belo  
Manuela Silva  
Ulpiano F. Nascimento

CD25  
30(469)  
POR  
974

pontos  
de vista

POR



UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
Centro de Estudos Sociais



\*132935360X\*

2.ª edição

# PORTUGAL PODE VIVER SEM AS COLÓNIAS?

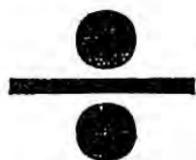
*Augusto Mateus*  
85

respondem alguns dos melhores  
economistas portugueses

António Guterres  
Augusto Mateus  
Eduardo Mesquita de Abreu  
F. Ramos da Costa  
Gilberto Lindim Ramos  
João Martins Pereira  
Joaquim Aguiar  
Manuel Belo  
Manuela Silva  
Ulpiano F. Nascimento



N. 2957



pontos  
de vista

RFN = 2613

Direitos Reservados a  
INICIATIVAS EDITORIAIS

330 (469) "1974"

**Há quem diga que se perdermos as colónias estamos destinados a ser uma província espanhola.**

**Acha que Portugal pode manter a sua independência política, viver e desenvolver-se, sem as colónias?**



## António Guterres

Antes de mais importa referir que, bem acima dos eventuais problemas económicos que daí possam decorrer, está o direito indiscutível dos povos das colónias à sua emancipação.

Emancipação que, para além do estatuto de independência política, deve compreender a libertação das sujeições económicas de tipo neocolonial. Mesmo que isto criasse a Portugal graves dificuldades económicas, estas em nada poderiam afectar o reconhecimento e a aplicação prática desse direito.

Não me parece, porém, que o povo português tenha muito a temer com a separação dos territórios africanos. A exploração a que estes têm vindo a estar sujeitos nunca foi conduzida em termos de beneficiar generalizadamente a população, mas foi sim utilizada sistematicamente como instrumento ao serviço da riqueza e do poder dos grupos económicos dominantes, em perfeito paralelismo aliás com a própria exploração das classes trabalhadoras do continente. A estratégia desses grupos, no entanto, apontava cada vez mais para a sua inserção numa lógica europeia, em detrimento da dependência de relações coloniais.

Poderemos talvez analisar com um pouco mais de cuidado os dois elementos económicos que considero mais importantes nas relações de Portugal com as colónias. Em primeiro lugar a exploração de matérias-primas, em segundo lugar as possibilidades de exportação em condições preferenciais para os mercados africanos.

Quanto ao primeiro, há que referir que essa exploração sempre foi feita de forma incipiente e na maioria das vezes ao serviço puro e simples de interesses estrangeiros. Nunca foi empreendida a valorização sistemática dos recursos naturais ultramarinos, e o aproveitamento destes, quando feito

directamente por portugueses, sempre se revelou deficiente. E se é indiscutível que foi possível às empresas portuguesas a importação a baixo custo de algumas matérias-primas, como o algodão ou o sisal e mais recentemente o acesso a fontes seguras de minério de ferro e petróleo bruto, não é menos verdade que a mesma política colonial impedia a Portugal a compra desses mesmos produtos, em condições por vezes concorrenciais, noutros mercados que se fechavam.

Quanto às exportações para a África, cujos dois principais elementos têm sido os têxteis e o vinho, há que reconhecer que os próprios grupos económicos autóctones vinham protestando já há algum tempo com a forma como decorriam, e com a sujeição que em nome dos exportadores europeus era imposta às possibilidades de desenvolvimento das indústrias locais. Manter este tipo de relação, aliás cada vez mais difícil mesmo antes do 25 de Abril, só servia a subsistência de algumas empresas mais retrógradas, menos capazes de reconverter e modernizar as suas instalações industriais e de conseguir condições de competitividade nos mercados europeus que, pela sua dimensão, se afiguram bem mais promissores. Se é verdade que o principal estrangulamento ao desenvolvimento industrial português está na exiguidade do mercado interno, então há que saber reconhecer que é no contexto europeu que pode encontrar-se solução para esse problema. Angola e Moçambique, no seu conjunto, não representam mais, em termos de consumo, que escassos dois milhões de consumidores europeus.

Apesar de tudo nada impedirá, mesmo com a independência, a importação de bens portugueses, sobretudo de equipamento, se estes forem os que corresponderem às necessidades de desenvolvimento dos novos países e se a indústria portuguesa souber encontrar uma competitividade que, mais uma vez, só lhe é possível com a inserção simultânea nos mercados europeus. Assinale-se ainda que se abrirão a Portugal novos mercados, quer os dos países socialistas, quer os do Terceiro Mundo, cujo acesso estava vedado por razões políticas e que, no seu conjunto, mais do que compensam aquilo que eventualmente se perca.

Finalmente e talvez mais importante que tudo o resto, está o impacte que pode causar na economia portuguesa a canalização pelo Estado para investimentos produtivos e de alcance social das verbas até agora consignadas às defesas militares. Se o Governo tiver o carácter e a força política capazes de as pôr ao serviço de todo o povo português e não do simples benefício e expansão dos grupos económicos privados e da classe dominante em geral, creio ser possível o início de um período acelerado do desenvolvimento. Desenvolvimento para o qual espero possa concorrer também o estancamento da emigração, e mesmo o seu retrocesso, e o próximo regresso do contingente militar em serviço nas colónias.

Não é hoje possível no Mundo, a um país como o nosso, uma situação de total independência. Penso no entanto que, desse ponto de vista e pelas razões apontadas, Portugal só tem a ganhar com o fim da actual situação de exploração colonial. O que comprometia a independência nacional era sim o caminhar obstinado para um beco sem saída, enquanto cada vez mais os trabalhadores mais válidos do país iam emigrando, na luta por condições mínimas de vida e de trabalho.

## Augusto Mateus

Na sua forma mais simples esta mesma questão é, normalmente, posta nos seguintes termos: «O que vai ser de Portugal sem as colónias?»

Temos, portanto, que começar por nos interrogar acerca do que se quer dizer com o termo «Portugal». Isto porque Portugal é um país capitalista, é um país onde a grande maioria da população é obrigada a vender diariamente a sua força de trabalho nas fábricas, nos campos, nas lojas e armazéns, na camionagem e nos transportes urbanos, nos serviços públicos, como única forma de garantir a sua subsistência, é um país onde uma pequena minoria da população, proprietária privada dos meios de produção (máquinas, matérias-primas, terras, meios de transporte, armazéns, fábricas, etc.), vive à custa da exploração do trabalho alheio. Porque a sociedade portuguesa é uma sociedade dividida em classes, uma sociedade onde existem exploradores e explorados, opressores e oprimidos. Porque a sociedade portuguesa é uma sociedade onde a produção se encontra organizada não com vista à satisfação das necessidades dos trabalhadores, mas com vista à obtenção do lucro máximo, segundo a lógica do capital e dos interesses dos seus possuidores.

Temos, portanto, não uma mas variadas questões. «O que vai ser e de quem?» Da classe trabalhadora em geral? Do proletariado, dos operários da indústria e dos trabalhadores rurais? Dos capitalistas? Quais? Os pequenos? Os médios? Os grandes? Os capitalistas ligados à indústria? Ao comércio? À agricultura? À finança? Os que têm capital investido nas colónias? Os que apenas exportam para lá e lá compram as matérias-primas? Os latifundiários? Os pequenos e médios proprietários da terra?

Como é evidente neste curto texto não é possível dar resposta detalhada à questão, agora, claramente posta. Vamos apenas tentar abordar os seus principais aspectos.

*O que vai ser dos capitalistas portugueses sem as colónias?*

A exploração colonial, a exploração dos trabalhadores de Angola, Guiné e Moçambique e a pilhagem das riquezas naturais destes territórios, contribuiu decisivamente para a implantação e consolidação do capitalismo em Portugal e as formas que tem vindo a assumir encontram-se intimamente ligadas às características do desenvolvimento capitalista em Portugal.

O domínio político de Portugal sobre Angola, Guiné e Moçambique permitiu o funcionamento desses territórios como uma coutada privilegiada para a burguesia industrial e comercial portuguesa, como fonte de matérias-primas e produtos agrícolas obtidos a baixos preços, possíveis pela repressão violenta e sistemática dos trabalhadores das colónias, como mercado protegido para as exportações portuguesas, como fonte de acumulação de capital para as camadas da burguesia que controlam a produção agrícola de exportação (café, açúcar, oleaginosas, etc.).

Mas o sistema colonial português tem assentado, desde sempre, também, na abertura das colónias às metrópoles imperialistas, aos interesses económicos dos grandes grupos internacionais.

A guerra colonial surgiu, assim, como uma guerra que se opunha à luta armada dos povos das colónias pela sua libertação, como uma guerra que defendia os interesses da grande burguesia industrial e agrária e dos sectores da pequena e média burguesia comerciante e detentora de meios de produção, como uma guerra que tinha como objecto preservar o único trunfo que a burguesia portuguesa tinha para jogar na exploração colonial: o domínio político e militar das colónias.

Mas a guerra colonial veio trazer rapidamente alterações substanciais ao sistema de exploração das colónias portuguesas. Sinteticamente podemos dizer que houve uma muito maior abertura das colónias ao capital estrangeiro (como contrapartida

do apoio militar) que, nomeadamente, controla toda a extracção de matérias-primas minerais (petróleo, diamantes, minério de ferro, etc.), a contradição entre a pequena e média burguesia portuguesa e os grandes grupos industriais e financeiros portugueses resolveu-se a favor deste último sector que viu o seu naco aumentar em detrimento das outras camadas da burguesia, ou seja, a exploração financeira tomou uma posição nitidamente mais importante do que a exploração comercial das colónias (a crise do sistema de pagamentos interterritoriais é disso prova evidente).

A guerra colonial trouxe não só uma modificação no sistema de exploração colonial, liquidando definitivamente aquilo a que se pode chamar o sistema de exploração ultracolonialista, como também uma readaptação do capitalismo português a nível interno, traduzida na substituição progressiva do mercado protegido das colónias pelo mercado europeu e norte-americano, para as suas explorações e na consolidação e desenvolvimento do capital financeiro.

Tudo isto se traduziu num alargamento da base industrial do grande capital português nas colónias, no iniciar de um processo de industrialização das colónias, controlado pelos grandes grupos industriais e financeiros nacionais em estreita associação com sectores do capital comercial local e, sobretudo, com o capital estrangeiro.

Temos assim que as camadas de burguesia, os capitalistas, que ao longo da guerra colonial foram perdendo pêso têm, melhor ou pior, sabido encontrar outros mercados e adaptar-se às novas condições de concorrência por eles impostas.

Para o sector da burguesia portuguesa, para os capitalistas, que têm fortalecido a sua posição nas colónias, a questão que neste momento põem a si próprios não é, verdadeiramente, «O que vai ser de nós sem as colónias?», mas sim «como é que vamos conseguir passar a uma forma de domínio e exploração neocolonialista?». E na resolução desta questão jogam e jogarão lado a lado com as metrópoles imperialistas.

Esperamos que também tenha ficado claro que outro dos argumentos sempre utilizados para a eter-

nização do domínio colonial português e da guerra colonial, «Se nós nos viermos embora outros irão para lá», é perfeitamente idiota, pois os outros sempre lá estiveram.

*O que vai ser dos trabalhadores portugueses sem as colónias?*

Das colónias e, sobretudo, a partir da eclosão da guerra colonial, os trabalhadores portugueses têm retirado diversos «frutos».

— O agravamento da exploração de que são vítimas, pelo recurso sistemático dos patrões às horas extraordinárias, ao aumento dos ritmos e cargos de trabalho, a todas as armas que sempre têm utilizado e que, com a necessidade de adaptação a novas condições de concorrência interna e internacional impostas pela guerra colonial, intensificaram ainda mais.

— A subida galopante do custo de vida, em grande parte motivada pelas despesas com a manutenção da guerra colonial, que foi devorando de forma paciente e crescente os seus miseráveis salários.

— A emigração em massa, a saída do país de centenas de milhar de trabalhadores à procura de condições de trabalho e de vida que cá não encontravam e, para muitos deles, à procura da própria sobrevivência.

— A participação numa guerra de onde apenas têm retirado a morte e a fome.

Com ou sem colónias os trabalhadores portugueses vão continuar a ser explorados e oprimidos, vão continuar a conhecer todas as formas de repressão, vão continuar a viver em péssimas condições, vão continuar a ter horários de trabalho elevadíssimos (8 a 10 horas no local de trabalho mais 2 a 3 horas nos transportes), vão continuar a ver os seus filhos trabalhar desde muito cedo, vão continuar a ter uma assistência deficiente, vão continuar a ser os que tudo produzem e nada têm, enchendo os bolsos àqueles que vivem da exploração do trabalho alheio.

*Sintetizando:*

A descolonização, que parece poder vir a dar-se, traduzir-se-ia numa crescente integração da econo-

mia portuguesa na Europa capitalista e em novas formas de exploração do trabalho assalariado, em novas formas de organização capitalista da produção.

O desenvolvimento capitalista de Portugal sem o domínio político das colónias é, parece-nos, perfeitamente possível e até promissor, pois todo um conjunto de mercados até agora fechados se abrirão e o inevitável processo de reconversão industrial e agrária terá todas as hipóteses de se efectivar em condições favoráveis, com o conseqüente desvio das despesas estatais, até agora orientadas para a guerra, para a construção de infra-estruturas e apoio ao investimento privado.

Mas será este desenvolvimento aquele que serve os interesses da classe trabalhadora portuguesa? Não nos parece.

Assim como os povos de Angola, Guiné e Moçambique têm lutado para se libertarem da exploração e opressão coloniais, também a classe trabalhadora portuguesa tem de continuar a lutar por outro desenvolvimento, por um desenvolvimento que se traduza na criação de uma sociedade sem patrões, sem capitalistas, sem trabalho assalariado, sem exploradores nem explorados.

## Eduardo Mesquita de Abreu

A importância dos assuntos que se incluem na opinião e na pergunta feita é de tal ordem que tenho de começar por dizer que não estou habilitado a tratá-los. No entanto, quero também afirmar que não é por força da consulta que agora me fazem que os problemas nela envolvidos se prantam na minha mente.

Seria pura estultícia tentar dar respostas exaustivas, peremptórias, definitivas. Por outro lado, entendendo que me não devo remeter à concisão evasiva dos «sim» ou «não».

Territórios ultramarinos e a Espanha têm, por diversas razões, para mim significados acima do corrente. Que, de modo algum, me proporcionam uma situação de imparidade em relação aos meus concidadãos. Mas que me obrigam a tecer alguns comentários sobre os tópicos em questão.

Talvez por uma razão de proximidade geográfica, talvez por imodestamente pensar que conheço um pouco da Espanha, da Espanha considerada globalmente, começarei pelo país nosso vizinho.

Sobre as relações entre Portugal e a Espanha, há que distinguir dois campos: o da teoria e o das realidades. Se o primeiro não é densamente povoado em termos qualitativos e quantitativos, o segundo distingue-se pela sua acentuada pobreza. Projectos e intenções incluem-se no primeiro, e tanto uns como as outras nem mesmo são repetidas vezes ventilados. No segundo, no sector das realidades, poucas vezes se encontra a concretização do que se exprime no primeiro. Os contactos, a diferentes níveis, entre as duas nações ibéricas são, e devemos encarar de frente as realidades, escassos. Os acordos, por vezes extensos no papel, são curtos no campo das acções práticas.

Claro que deixarei para os economistas todo um

conjunto de considerações sobre as relações comerciais entre os dois países. Eles poderão dizer sobre a posição desvantajosa da nossa balança de pagamentos, quer encarando só a metrópole portuguesa, quer, em melhor situação, englobando os territórios do ultramar. É natural que possam e queiram focar certas dificuldades que por vezes surgem no que respeita à efectivação de transacções, de relevo quando estas têm o sentido Espanha-Portugal. Fazerão por certo referências às características de concorrência das duas economias.

Suponhamos que, num futuro mais ou menos próximo, se nos depara uma realidade: Portugal e Espanha formam, constituem, um só país, um só estado soberano. A Espanha recebeu, por processo que não vem para o caso, seguindo um caminho que não interessa saber qual foi, no seu seio o nosso país. Portugal é, estamos no campo bem acentuado das suposições, uma província de Espanha. Entra no país vizinho mais uma vasta região, com características específicas, bem marcadas, que se mantêm. Portugal irá juntar-se a outras importantes regiões da vizinha Espanha, como a Catalunha (com as suas quatro províncias), as Vascongadas, ou também designada por País Basco (com as suas três províncias), a Galiza (com Pontevedra, Lugo, Orense e La Coruña).

Pode desde já dizer-se, sem exagerar, que a entrada da região portuguesa iria contribuir com mais uma dor de cabeça para os dirigentes espanhóis. Pois que são bem conhecidas as tendências centrífugas de várias ordens, de maior ou menor intensidade, que se verificam nessas três regiões, em relação ao centralismo castelhano. Tudo leva a crer que, mesmo perante a validade da integração, um espírito patriótico que com elas não alinhasse se faria imediatamente sentir. Possível e provável. É este um primeiro ponto que se me afigura com relevância.

Teríamos um todo ibérico com uns quarenta e quatro milhões de habitantes, seria o segundo país, no que respeita à superfície, do Velho Continente, enfim, pelo menos à escala europeia, aquilo a que se chama uma potência.

Como se processaria, no entanto, a vida em comum, como conviveriam as duas comunidades

nacionais, integradas num Estado único? Como corriam as coisas *antes* de Portugal se ter tornado em província de Espanha? Na fase anterior à integração tínhamos dois estados soberanos ligados (ou separados), por uma linha comum de demarcação, por uma fronteira com o comprimento de uns 1230 quilómetros. Fronteira que actua como elemento de ligação, ou como linha de separação? Se me situar no campo das realidades, único que considero válido, atrevo-me a dizer que não vivemos frente a frente, mas sim que o contacto é dorsal.

As duas comunidades no período anterior ao da constituição do Estado uno peninsular viviam de costas voltadas. Não racionemos à base de excepções, não nos deixemos influenciar pelo comportamento das populações que povoam as duas faixas de larguras reduzidas que se situam de um e do outro lado da fronteira comum. Em que os laços familiares, a existência de propriedades rurais que têm um pé apoiado num lado e o outro no oposto, em que uma comunhão de idioma misto de castelhano e de português estabelece ligações. Essas situações são reais, existem, mas não fazem mais do que, como excepção, confirmar a regra geral do afastamento, do desconhecimento, por vezes de uma mal disfarçada... hostilidade. Se deixarmos portanto de lado as zonas raianas, eu pergunto, que contactos existem entre os povos português e espanhol? Que conhecimento, que interesse tem o cidadão comum português, em relação ao país vizinho? E a recíproca?

Que ideias, vindas de um passado mais ou menos distante fazem ninho em lusas mentes, sobre o povo vizinho? Qual a força de um passado, de uma história que se entralaçou, que só pode ser adequadamente compreendida se for estudada, se for ensinada, em comum?

Qual o peso que provém de todo um ensino errado, deturpado, camuflado, que pode dizer-se em boa verdade, vem desde os bancos da escola primária? Qual a força do atavismo?

«De Espanha, nem bom vento, nem bom casamento.»

«Em Aljubarrota a relação entre as forças de Portugal e de Castela era de um para dez. Conclusão: um português «vale» dez castelhanos.»

Para a mãe portuguesa do século XV um argumento de força para aquietar o bulício natural dos filhos: — «Se não tiveres juízo vêm aí os castelhanos». Era o papão.

Que se ensina sobre duas Histórias que durante séculos se interpenetram? Que se diz no nosso sistema de ensino sobre as consequências que resultaram do facto de numerosas portuguesas terem sido rainhas de Castela, ou de Espanha? Ou vice-versa? Que se diz sobre a legitimidade do acesso ao trono português por parte do «Demónio do Meio-Dia», de Filipe II de lá, primeiro de cá, filho de Isabel de Portugal e do seu apaixonado marido, o imperador Carlos V?

Que peso têm ainda sobre os portugueses a visão dos castelos e das fortalezas ao estilo Vauban que bordejam a fronteira? Que significado têm as existentes numerosas «ruas de Olivença» espalhadas por grande número de burgos do nosso país? Poderíamos continuar a citar exemplos. Mas, resumindo, eu pergunto: qual a incidência do factor histórico sobre o modo de vida em comum dos dois povos?

O conhecimento do português sobre o país vizinho! Ele não pode ter por alicerces, com pouca coisa por cima, as visitas aos *Preciados*, ou às *tien-das* das *calles* Serrano e Velasquez. Ou em férias nas margens das águas tépidas do Mediterrâneo, em zonas que se caracterizam mais pelo cosmopolitismo do que por serem representativas das Espanhas. Que penetração é feita no *hinterland* malaguenho, ou de Almeria, para se encontrar, para se colher, algo de uma das múltiplas facetas que, no seu todo, no seu conjunto, são a Espanha?

Qual é o grau de conhecimento do português em relação ao modo de vida (ou modos de vida, dado que tendo pontos comuns variam de uma para a outra das regiões de Espanha com características mais acentuadas) à cultura, à vida política, à economia, etc. do povo vizinho? Que sabe o português — e refiro-me sempre ao que se convencionou chamar o homem da rua, o português comum, portanto a maioria do nosso povo —, sobre o país da Europa que é o único com o qual tem fronteira? Atrevo-me a dizer que o grau de conhecimento é ténue, super-

ficial. Esgaravata ao de leve uma camada exterior sem ter desejo de penetrar em profundidades recheadas de uma riqueza de que não suspeita, ou mesmo em relação à qual se quer manter alheio. Aspecto particular de um isolamento propositado, consequência em pormenor de uma política, não confessada, de afastamento talvez movido pelo receio do poderoso vizinho? Será o caso «povo português-Espanha» uma faceta daquele lema de «orgulhosamente sós» que durante muito tempo vigorou em relação a substancial parte do mundo?

E, no que respeita ao espanhol em relação a Portugal? Que sabe ele de nós? Que interesse tem pelo país, e pelo povo, que lhe impede a extensão da sua soberania a toda a Península Ibérica? Penso que o conhecimento do espanhol comum acerca do nosso país se situa no mesmo nível do que analisámos do português em relação à Espanha e ao seu povo.

A mesma superficialidade, a mesma indiferença. Estamos quites. Mas, a situação no que concerne à integração de Portugal na Espanha é-nos desfavorável. Não esqueçamos que a acção (volto a dizer que tudo não passa de uma hipótese) que levou à criação do estado único foi determinada pelo interesse, pela necessidade nascida do lado luso, que não do espanhol. A iniciativa partiu de nós, incapazes de, por nós próprios, sobreviver e indo à procura da solução para os nossos problemas na integração no país vizinho. O problema da preparação para o bem viver em comum teria que ser, mesmo parcialmente, resolvido, pela achega que nós, os interessados, levaríamos. Se a Espanha pudesse contribuir, se o povo espanhol tivesse um melhor conhecimento sobre o nosso país, sobre o nosso povo, estou convicto de que isso facilitaria a vida em comum das duas nações que constituiriam o novo Estado soberano. Porém, a Espanha não tem obrigação, essa cabe aos portugueses, pois que o movimento determinante da criação desse novo Estado inicia-se no sentido de Portugal para Espanha, por interesse do primeiro país, dado que não consegue de per si resolver os problemas que o afligem. Dado que é incapaz de «manter a sua independência política, de viver e desenvolver-se» sem o recurso ao

auxílio externo, auxílio de que vai à procura, para a resolução do seu caso, na integração no país vizinho. Certo? A este último, virado para outros lados, ora pois não lhe podem ser assacadas culpas por pouco saber sobre nós, sobre o nosso povo. A vida em comum de duas comunidades nacionais que se conhecem mal, que viveram de costas voltadas, não poderia, por certo, caracterizar-se por uma grande harmonia, por grandes facilidades resultantes de um convívio com poucos pontos de atrito por via do recíproco conhecimento em profundidade. Parece-me que este aspecto se reveste de acentuada importância. Ou não será assim?

Vou agora procurar encarar o problema da integração sob um outro ângulo.

Será que os pontos de semelhança que existem entre os dois países tornariam mais fácil, mais viável, a existência em conjunto dos dois povos no seio do novo Estado? Ora bem, vejamos. Pontos de semelhança! Quais são eles?

Considere-se toda a muito vasta área fronteiriça constituída pelos distritos portugueses, desde o Algarve (distrito de Faro) a Vila Real, em Trás-os-Montes. Toda uma área atormentada por gravíssimos problemas, esta que é constituída -pelos distritos portugueses raianos. Com marcadas semelhanças, na sua problemática, com as províncias espanholas que, do outro lado da fronteira, com ela confinam.

Despovoamento provocado pela emigração. Indústria praticamente inexistente. Analfabetismo. Isolamento de núcleos populacionais derivado de carências de vias de comunicação. Os latifúndios, acrescidos dos factores que os tornam prejudiciais. No extremo oposto, os minifúndios. E o que muito mais se poderia acrescentar.

Consideremos o período 1960/1970. Os distritos de Vila Real e Bragança (estamos no extremo norte português) tiveram decréscimos populacionais de, respectivamente 18% e 23%. Mais abaixo, no distrito da Guarda, temos 22%. Castelo Branco, com uma perda populacional de 19%, e Portalegre, Alto Alentejo, com 27%. Évora e Beja, os outros dois distritos do Alentejo, com, respectivamente, 18% e 25%. Por fim, no extremo sul da península, temos

o distrito de Faro, com um decréscimo de 15%. É o mais baixo de todos, estando o máximo de diminuição de população no distrito de Portalegre, para o decénio considerado. Distritos de subdesenvolvimento. Com capitais, que têm designação de cidades, que mais não são do que vilas, havendo mesmo no país numerosas vilas que as ultrapassam em população. Estagnação económica. Aldeias em que nas ruas cresce a erva, em que vivem velhos, mulheres e crianças. As mulheres, chamadas, por Rosália de Castro, a poetisa galega, «as viúvas dos vivos», como as suas correspondentes das províncias espanholas, lá do outro lado da raia. Subdesenvolvimento! E, que se passa em Espanha, que se verifica nas províncias espanholas que com as nossas têm fronteiras? A situação é muito semelhante, para melhor, no entanto. Começando também pelo norte, temos Orense, com uma quebra populacional de 8% no decénio que estamos a considerar. No entanto, deve dizer-se que a província de Orense funciona como polo de atracção para as gentes do nosso misérrimo Trás-os-Montes, que para lá emigram trocando uma miséria por uma miséria menos acentuada. Vão à procura de melhores salários. Temos depois Zamora, com 16%, e Salamanca, com 8%. Cáceres e Badajoz (Badajoz é a maior província do país vizinho, sendo a mais pequena a próspera Guipuzcoa), com, respectivamente, quebras populacionais de 16 e 17%. É, no extremo sul, com fronteira com o distrito de Faro, situa-se Huelva onde se verificou, no decénio, uns 0,5%. Huelva, que está separada de Faro pelo Guadiana, com transportes feitos por meio de *ferries*, enquanto se aguarda a construção da prometida ponte sobre aquele rio.

Temos assim as regiões — vastas! — raianas dos dois países que se dizem irmãos, com um número limitado de postos fronteiriços que fecham ao pôr do sol, completamente separadas durante o decorrer da noite. Interessante, sem dúvida este «casamento» entre o nu e o roto, no que concerne a esta zona imensa que são uns 140000 km<sup>2</sup> de parte portuguesa e de parte espanhola. Regiões semelhantes.

Como vimos, do lado da Espanha, verifica-se, sem dúvida uma melhor situação em relação à zona

portuguesa. As quebras de população são sempre inferiores às nossas. No caso particular de Huelva a redução é mesmo diminuta, e nesta província, conhecida desde há muito pelas suas indústrias extractivas, existe um dos muitos *polos de desarrollo* do país vizinho. O povo de Huelva não tendo alcançado os seus objectivos no aspecto da criação de postos de trabalho permitiu no entanto que em grande parte cessasse a exportação de matérias-primas, característica dos países subdesenvolvidos, e se faça a transformação das mesmas em instalações fabris espanholas. Por outro lado nas províncias raianas de Espanha existe uma cidade grande que é Badajoz, com os seus cem mil habitantes, cidade desperta. Do nosso lado o que se pode dizer é que as capitais de distritos, como a Guarda, Bragança, Beja, etc. não são mais, com as populações entre os 10 e os 20 000 habitantes, do que vilas, correspondentes aos *pueblos* da vizinha Espanha. São núcleos populacionais em estagnação, isolados dos circuitos da civilização, amolecidos pelos rigores do sol inclemente ou pelas neves e os frios invernais.

Rico bragal, este, que Portugal levava para o seu casamento com a Espanha!

Nas províncias de Huelva e de Salamanca os níveis de desenvolvimento estão classificados como subindustriais, o que significa que, da sua população activa, se dedicam à agricultura entre 25 e 34%. Do lado luso, os nossos distritos fronteiriços estão classificados como pré-industriais. Ora isto quer dizer que 50% da população activa se dedica às actividades agrícolas. Flagrante diferença. Cerca de 4,5 milhões de pessoas vivem nesta extensa área que abarca as acima referidas províncias de Espanha e os mencionados distritos portugueses. Zona de onde o homens válidos fogem à procura de trabalho que nas suas terras não lhes é possibilitado. Que benefício colheriam estas extensas regiões pela integração de Portugal na Espanha? Poder-se-iam solucionar os problemas que, cada país de per si, não conseguiu resolver? Creio que não.

Ainda dentro das semelhanças, devo assinalar as de aspecto positivo.

Portugal levaria consigo a célebre faixa litoral industrializada que vai de Viana do Castelo até Se-

túbal, talvez na altura da hipotética integração, até Sines. Tal zona, note-se bem, em posição de inferioridade em relação a uma Catalunha, a um País Basco, mesmo à região de Valência. A nossa emigração, em vez de demandar terras de França e outras igualmente distantes, poderia orientar-se, por exemplo, para a Catalunha. Certo que iria fazer concorrência ao fluxo migratório andaluz. Grande parte da actividade industrial catalã apoia-se na mão-de-obra dos antigos *braceros* das províncias de Sevilha, Jaen, Almeria, etc. Continuariam os andaluzes a ter preferência ou ficariam os portugueses em pé de igualdade com eles?

De acentuar ainda que a Espanha, para lhe dar cuidados, não tem somente a referida faixa fronteiriça do subdesenvolvimento. Não! Que dizer das províncias interiores pouco desenvolvidas, como Sória, Albacete, Teruel, Ciudad Real, Léon? Ou ainda Teruel (Segóvia e Avila? E parte das províncias galegas, por que não? A Espanha, tirando certas zonas em que o desenvolvimento económico com base na indústria é acentuado, tem largas regiões em que os problemas socioeconómicos assumem grande importância.

Conhecer a Espanha pelos seus excelentemente apresentados folhetos de propaganda turística, pelas manifestações folclóricas, ou pseudofolclóricas, pelos seus monumentos, as suas obras de arte, a sua cultura, etc. é conhecer só uma parte desse fantástico país. O que acontece é que existem várias «espanhas». A dos *cortijos* semifeudais andaluzes. A Espanha de *La Chanca* almeriana. Das montanhas de Tabernas e das *cuevas* de Guadix. Da seca planura aragonesa. Dos minifúndios galegos, em particular de Orense. A Espanha misérrima de *Las Hurdes*. A Espanha das *chabolas*, dos *parados dos pueblos* andaluzes. A Espanha dos *cotos de caza* de Cáceres ou de Toledo. Tudo isso é Espanha. De tudo isso, mais ou menos, por cá temos também. Assim, da transformação de Portugal em província de Espanha, pergunto, que benefícios colheríamos? E a própria Espanha? Longas vão as considerações sobre a hipotética integração de Portugal no país vizinho passando a constituir uma província do mesmo. E, quanto à África, quanto aos territórios ultrama-

rinos? Pode Portugal viver sem eles? Entraria pelo caminho da simplificação se simplesmente me limitasse a propor na construção da pergunta uma substituição, a supressão de duas palavras e, por último a retirada do ponto de interrogação final. E então a frase, passando da interrogativa para a afirmativa, ficaria com a seguinte redacção: *Portugal tem de manter a sua independência política, viver e desenvolver-se, sem as colónias.*

Se estas constituíam bases de apoio para o seu desenvolvimento, sem elas, Portugal tem de encontrar o caminho para que o mesmo se processe. Poderá criar um modelo original de actuação. Terá mesmo de o fazer. No entanto — e faço notar que comparações, por pecarem muitas vezes pela simplicidade, têm pouco valor — talvez que os casos de uma Holanda, privada da Indonésia, de uma Bélgica, sem a antiga propriedade pessoal de Leopoldo II ou seja o Congo Belga, uma Alemanha que perdeu como consequência da I Grande Guerra os seus recém adquiridos territórios africanos, lhe possam, não servir de modelo, mas mostrar-lhe que é possível encontrar fórmulas de sobrevivência. Por certo que, de início, custariam a ser erradicados certos aspectos de facilidade que tinham como base, como origem, o pleno uso do poder político. Depois, pouco a pouco, com uma revisão das mentalidades norteadas para certas facilidades coloniais... chegar-se-ia a um modo de vida em que, se recurso houvesse aos antigos territórios ultramarinos como fontes de abastecimento, tal se faria em pé de igualdade com outros países nas mesmas interessados.

Sob outro ponto de vista: teve alguma vez colónias uma Confederação Helvética? E não é um país progressivo que proporciona aos seus habitantes um invejável nível de vida? No entanto a Suíça nunca se viciou, durante muitos, muitos anos, nas facilidades coloniais. Aprendeu cedo a viver por si própria. Com poucos recursos naturais supera tal falta pelo engenho criador, pela imaginação, pelo trabalho dos seus habitantes. A dificuldade ou traça o caminho para a perdição ou faz surgir forças por vezes insuspeitadas. Temos de contar com elas, com as dificuldades. Talvez que em termos globais elas não sejam tantas nem tão importantes como se



possa pensar. Durante muito tempo (e penso que ultimamente a situação nesse aspecto tenha mudado para melhor) os territórios ultramarinos portugueses beneficiaram mais os interesses privados nacionais ou estrangeiros do que o Estado e o povo português. Vivi quatro anos em Angola (posso dizer que praticamente, pela função que exercia, no mato) e vi que assim era. Pelo que sei, a minha experiência directa angolana é válida para os outros territórios. Se os «perdermos» (o que me parece que terá de resultar de um processo evolutivo irreversível que está em curso) o que teremos de fazer é aprender a viver sem eles. Temos de mostrar do que somos capazes. E creio francamente que podemos manter a independência política sem a bengala ultramarina e sem irmos parasitar a vizinha Espanha.

## F. Ramos da Costa

1. A tese Salazar-Caetanista da independência política de Portugal se encontra irremediavelmente ligada à existência das colónias foi um falso problema levantado pelo fascismo português para justificação da guerra colonial.

2. O corolário desta tese foi a exploração do sentimento patriótico do povo português ao serviço de sórdidos interesses, com a aleivosia de que Portugal sem as colónias ficava reduzido à condição de uma província espanhola.

3. Pequenos países como a Bélgica e a Holanda outrora possuidores de grandes impérios coloniais, souberam a tempo converter as suas actividades associadas à exploração colonial, e evitaram a guerra prolongada e ruínosa contra os povos das suas colónias; aceitaram os ventos da descolonização e cedendo ao legítimo direito à independência dos povos puderam guardar com as jovens nações do seu ex-império, relações culturais, económicas e sociopolíticas perduráveis e de mútuas vantagens. Apesar de pequenos países o seu estatuto de nações independentes perante os seus vizinhos do continente europeu em nada foi cerceado.

Um Portugal liberto da servidão colonial e dizemos «liberto da servidão colonial» porque efectivamente em termos macro-económicos, isto é, em função do interesse nacional do povo português, a defesa à *outrance* dos territórios coloniais traduz-se num saldo negativo quando somamos as despesas duma guerra colonial ruínosa, o desvio de investimentos para os territórios coloniais com sacrifício do desenvolvimento económico metropolitano e por último, a despesa com uma administra-

ção colonial centralizadora e dominada pela corrupção das oligarquias.

4. Numa perspectiva unitária da Comunidade Europeia a que pertencerão futuramente Portugal e Espanha, quando libertos do fascismo, o estatuto da independência política dos dois países ibéricos só será alterado na medida das alienações necessárias que ambos terão de fazer a uma federação de povos europeus, mas reciprocamente não só não haverá lugar a alienações políticas como o facto de ambas as nações virem a pertencer à mesma Comunidade Europeia, reforçará os laços de mútua independência, pois que as concessões que todos os povos federados venham a fazer no domínio económico-social e até político, jamais se poderiam conceber que resultassem em prejuízo ou quebra das soberanias mútuas.

5. Do ponto de vista económico, as relações económicas e culturais que hão-de persistir uara além da descolonização dos territórios ora dependentes, não só se reforçarão e se vão traduzir em vantagens incluíveis, mas até, em termos do interesse nacional, serão muito mais proveitosas sem o ónus da guerra, sem o peso da despesa administrativa e sem a sangria de investimentos demagógicos, tanto pelo canal público como pelo privado, baseados na exploração desenfreada da mão-de-obra e dos territórios submetidos à oligarquia financeira dos grupos monopolistas nacionais e estrangeiros.

6. O conceito de uma economia puramente negociata parte do postulado de que os grandes lucros das oligarquias financeiras são o melhor índice da prosperidade da economia nacional, considerando moeda de troca sem importância a justa repartição do rendimento nacional, a promoção social e cultural do povo que trabalha e produz.

É neste conceito que se enxertava a tese de que a independência de Portugal estava estruturalmente ligada à existência das colónias como prolongamento natural indispensável do território metropolitano. Isto é, a «coutada» das colónias como fonte de lucros leoninos era camuflada com o sofisma do

interesse nacional servindo de pretexto para a exploração do sentimento patriótico do povo oprimido pelo fascismo mais longo do mundo e totalmente carecido de informação objectiva.

É preciso que a data de 25 de Abril de 1974 não seja jamais lembrada como a data duma revolução frustrada.

O povo inseriu-se no processo revolucionário iniciado pelo Movimento das Forças Armadas, é fundamental que se insira agora no processo da transformação da sua própria vida; que seja ele directamente, e não por procuração, o construtor duma sociedade socialista em Portugal.

## Gilberto Lindim Ramos

Em primeiro lugar penso que a forma como a questão é posta não será a mais correcta, porque o problema da independência das colónias não deve, de maneira nenhuma, estar ligado à possível sobrevivência ou não de Portugal.

São duas questões independentes e a sua ligação apenas pode dificultar a solução correcta dos problemas.

Não é a opressão dos outros povos que pode ou deve servir de base à nossa liberdade. A nossa liberdade está intimamente ligada à dos outros povos que até agora têm estado a ser também explorados e oprimidos pelo fascismo. Julgo que haveria que fazer uma dissociação entre esses dois problemas.

E em primeiro lugar queria afirmar que o direito dos povos das colónias à independência é daqueles direitos que tem de ser reconhecido e a nossa actualção tem que resgatá-lo em absoluto.

Portanto, as negociações já iniciadas com os movimentos de libertação deverão tomar como base o direito que os povos têm à autodeterminação e à independência. Estas conversações deverão ser, como aliás o estão a ser neste momento, realizadas com os efectivos representantes destes povos, ou seja, com os movimentos de libertação que têm encabeçado a luta dos povos coloniais contra a opressão fascista. E para serem bem sucedidas terão que ter em conta os justos desejos manifestados por esses movimentos quanto à forma de obterem a desejada independência.

Seria esta a fórmula de podermos resolver, rapidamente, o problema, e obter uma solução que, tendo em conta os direitos dos povos das colónias, o direito a governarem-se e a dirigirem-se livremente, permita resolver as outras questões que se

põem sempre que um país colonizado passa a uma situação de independência.

É evidente que problemas, de vária ordem, se vão pôr, inclusivamente no que se refere à parte da população branca que se encontra nesses territórios.

As declarações dos dirigentes dos movimentos de libertação são muito claras quanto à possibilidade que todos os habitantes das colónias terão de permanecer e viver em liberdade nesses países.

Simplemente, a experiência com outros países mostra-nos que muitos dos colonos brancos ou mesmo dos brancos nascidos nas colónias, têm uma mentalidade que assenta na exploração desenfreada dos africanos e não será capaz de se adaptar a uma situação nova de igualdade entre todos os habitantes dos novos países africanos. Assim sendo, é natural que alguns dos muitos brancos lá radicados acabem por ter que sair desses países, não porque isso venha a ser exigido por governantes ou habitantes desses países, mas sim porque a sua mentalidade, o seu hábito de exploração, não será compatível com a situação de liberdade em que esses povos desejam viver e da igualdade racial que eles também desejam ter.

Assim, haverá um conjunto de problemas, problemas menores quanto ao problema fundamental do direito à independência que os povos africanos têm, que deverão ser resolvidos através de negociações e esperamos que o sejam rapidamente, de forma a que a guerra acabe o mais depressa possível e Portugal possa virar-se para os seus próprios problemas internos.

E aqui, julgo que é a altura de pegar na pergunta feita, para afirmar em primeiro lugar que o deixarmos de ter colónias será o primeiro passo importante e fundamental para que efectivamente o povo português possa resolver os seus problemas e para que a economia portuguesa saia da situação de crise em que se encontra e possa iniciar um caminho de recuperação que é urgente e absolutamente necessário.

Portanto, parece-me que esta é uma condição prévia. Só depois de acabada a guerra, só depois de solucionado o problema colonial é que Portugal poderá efectivamente iniciar a sua reconstrução,

pôr termo à crise económica em que se debate e que é cada vez mais grave, e preparar uma evolução da sua economia e das suas estruturas, que lhe permita enquadrar-se no grupo dos países mais desenvolvidos.

Não vejo como é que o problema da independência política de Portugal se pode ligar ao problema da manutenção das colónias, porque efectivamente a existência das colónias, que foi uma sangria terrível para o povo português e para a sua economia, principalmente nestes últimos 13 anos, nunca foi fonte de riqueza nacional, no sentido de ser riqueza distribuída pelo povo, mas sim fonte de riqueza para um grupo diminuto de portugueses.

Sendo assim, o desaparecimento das colónias poderá vir a afectar alguns interesses directamente ligados à exploração colonial, mas julgo que não virá, de maneira nenhuma, afectar a vida económica. Poderá, pelo contrário, permitir uma reestruturação nacional que permita uma evolução satisfatória.

Aliás, temos o exemplo de vários outros países, que em condições geográficas semelhantes ao nosso, ocupando até territórios mais pequenos que o nosso, perderam ou abandonaram grandes impérios coloniais sem que vissem a sua economia seriamente afectada por esse facto. É o caso de uma Bélgica ou de uma Holanda, que não só sofreram as perturbações e destruições causadas pela guerra colonial, como relativamente pouco tempo depois, de forma mais ou menos pacífica — não interessa agora — abandonaram as suas colónias e não deixaram por isso de prosseguir a sua era de desenvolvimento capitalista, tal como outros países da Europa. Portanto, não me parece que a independência política portuguesa venha a ser afectada pelo desaparecimento das colónias. Pelo contrário a única hipótese que Portugal tem de se poder integrar no conjunto das nações, de ser aceite pelas outras nações, de poder ocupar um lugar que não seja vergonhoso no conjunto dos povos, a única maneira de o fazer é acabar com a guerra colonial. Também no aspecto político, esta condição é indispensável para que Portugal possa, efectivamente, não digo manter a sua independência, mas pelo menos sair do isolamento ver-

gonhoso a que esteve sujeito pela repulsa manifestada pelos outros povos perante a manutenção do regime colonialista pelos fascistas.

Portugal será aquilo que o povo português quiser. E se o povo português continuar a querer manter a independência, e julgo que tudo indica que sim, não haverá nada que contrarie este seu desejo.

Temos uma estrutura e uma forma de ser suficientemente individualizada para não ser de encarar, pelo menos nestes tempos mais próximos, qualquer ligação com a Espanha. Essa ligação, se alguma vez se vier a fazer, estou certo que não será no sentido de Portugal ficar uma província espanhola, portanto uma anexação de Portugal pela Espanha, mas sim a transformação de Portugal e Espanha e talvez doutros países numa federação ou agrupamento que venha dar satisfação aos interesses mútuos dos povos, mas não numa forma de domínio de uns pelos outros, mas sim em pé de perfeita igualdade.

É possível e até desejável que se caminhe para a criação de amplos espaços políticos e certamente Portugal deverá participar nessa movimentação e portanto poder-se-á encarar como salutar e útil a possível integração de Portugal numa federação ou qualquer outro agrupamento que inclua também a Espanha. Penso é que para que esta evolução se possa fazer de forma útil para o povo português, é necessário que tanto em Portugal como em Espanha já estejam instaladas estruturas democráticas, portanto que Portugal e Espanha, sejam efectivamente países democráticos. Mas, mais do que isso, penso que terão que se dar antes profundas reformas de estrutura que transformem radicalmente as estruturas políticas, económicas e sociais existentes actualmente em ambos os países. Não creio que numa sociedade de tipo capitalista, a criação de federações ou ligações íntimas entre os Estados tenham grandes possibilidades de vir a beneficiar esses povos.

Normalmente, são formas que vêm facilitar a exploração capitalista através dos grandes grupos monopolistas internacionais. Portanto, esta hipótese do aparecimento de agrupamentos de nações ou federações para ser feita de acordo com os interesses da população, em minha opinião, terá que ser pre-

cedida pela profunda reforma das estruturas económicas, políticas e sociais, pelo desaparecimento de um regime capitalista dominado pelos monopólios e pela criação de um regime que satisfaça os desejos e os interesses do povo, um regime de tipo socialista. Nestas condições, penso que será perfeitamente pertinente e de acordo com os interesses dos vários povos, o encarar formas de contacto e de trabalho em conjunto, cada vez mais intensos e mais férteis. Doutra forma, mantendo as estruturas antigas, o avançar no caminho da unidade política entre os Estados, servirá fundamentalmente para a criação de vastos espaços que pelas ligações com que ficam são de mais fácil exploração pelos grandes grupos monopolistas internacionais.

Sendo assim penso que nas actuais circunstâncias mantendo-se as actuais estruturas, devemos, pensar que Portugal tem efectivamente todas as características para se manter um Estado independente como o é actualmente, e não corre qualquer perigo de vir a ser absorvido pela Espanha. Por outro lado, não terá qualquer vantagem de encarar uma ligação íntima à Espanha para já, dado o carácter reaccionário e fascista do regime espanhol.

E mesmo que a Espanha resolva o seu problema e consiga atingir um regime efectivamente democrático, julgo que se continuam a pôr ainda as objecções que atrás referi.

## João Martins Pereira

Começo por considerar o enunciado da pergunta equívoco, podendo conduzir a confusões perigosas. É-o na medida em que pode levar a interpretar as respostas como «questão prévia» a uma tomada de posição sobre o problema colonial. Mais concretamente, corre-se o risco de que os leitores, se não estiverem já politicamente esclarecidos, vejam os textos deste livro como *contributos* para essa tomada de posição: «se as colónias nos não são economicamente imprescindíveis, pois que vão à sua vida, *mas* se o são, temos que assegurar, etc., etc., etc.». Ora, seria, lamentável que tal sucedesse, e considero este esclarecimento inicial como o essencial da minha resposta, que só por si a justifica.

Com efeito, a independência das colónias é um facto que nada tem que ver com os problemas económicos que, em consequência, podem vir a afectar Portugal. Da mesma forma que não temos o *direito* de nos preocupar — atitude corrente (interessada ou mesmo desinteressada) — com dúvidas do tipo: se as colónias irão ser ou não repartidas em «zonas de interesses» das superpotências, se vão ou não ser presa das multinacionais, se são afinal as *suas* riquezas económicas que determinam ou não as piedosas posições anticolonialistas de países cujas intervenções imperialistas mais ou menos disfarçadas bem conhecemos. Tudo isto são formas de escamotear a questão fundamental, que é: Portugal praticou durante séculos os mais caracterizados «crimes de colonialismo», massacrou e espoliou povos com exclusivo fundamento no «direito do mais forte», e suscitou assim a revolta armada de populações para quem, sem quaisquer dúvidas, o colonialismo português era (é) o *ocupante*, o *inimigo principal*. E perante isto, é indiferente que a burguesia portuguesa não tenha sequer tido os meios

— ela própria definhada e pouco imaginativa — de efectuar uma exploração colonial à escala da que ingleses e franceses, financeiramente poderosos, fizeram nos seus imensos domínios. Isso não a «redime»: apenas dá um carácter grotesco às suas sonoras declarações de «civilizadora» e «não-racista». Aquela luta armada, despido o problema de todas estas considerações secundárias, só poderia (pode) terminar de uma única forma: a independência das colónias. As consequências económicas que daí derivem para Portugal (objecto da pergunta feita), como as dificuldades que os novos Estados venham a ter no inelutável desenrolar do seu processo interno de desenvolvimento, são, pois, questões a *posteriori*, que em nada podem afectar uma atitude firme quanto à questão principal.

Posto isto, posso então, sem equívocos, dedicar-me ao exercício a que me convidam: que efeitos económicos (e políticos) terá para Portugal, a descolonização. É, de qualquer modo, uma boa oportunidade para levantar certos problemas que deveriam estar no centro das reflexões políticas dos portugueses no momento actual. E isto porque a resposta pode ser dada segundo duas perspectivas bem distintas. A primeira é a que, considerando Portugal um país capitalista (como é, de facto), se interrogue sobre as formas de adaptação que poderá (ou não) encontrar o capitalismo português para enfrentar a nova situação. Esta é a óptica que se insere na «realidade política» em que nos encontramos e, portanto, que pode responder às dúvidas sobre o que mais imediatamente nos aguarda. Mas há uma segunda óptica, que mergulha numa reflexão (teórica) sobre os conceitos de crescimento e de desenvolvimento, sobre formas (outras) de «gestão» e controlo social e que, antecipando outros modos de enfrentar a mesma situação, pode introduzir nos comportamentos sociais (práticos) elementos de subversão de valores que contenham já, como virtualidade, os germens de uma alternativa — que, como antes a independência das colónias, tem de ser inscrita, sem data, no tempo histórico que iremos percorrer.

Vejamos a primeira hipótese. Poderia desbobinar números e estatísticas para demonstrar uma quantidade de teses sobre as relações económicas

com as colónias e sobre os efeitos da sua ruptura ou até apenas do seu afrouxamento. Julgo, contudo, que de um ponto de vista capitalista «moderno», o problema se resume muito simplesmente nisto: há em Portugal campo para um volume *rendível* de investimentos que possa dar resposta simultaneamente às pressões crescentes no sentido de um aumento acelerado do nível de vida, mantendo um elevado nível de emprego? Correndo o risco de ser demasiado sumário, eu responderia desde já que, adquirida a estabilização política (que passa precisamente pela rápida liquidação da «hipoteca» colonial) e «sacudidos» os principais detentores do capital de uma posição que lhes poupava os «incómodos» (mas também muitos proveitos) do papel que o processo histórico lhes reserva, Portugal constituirá sem dúvida um magnífico campo de «acumulação» e — o que está longe de ser paradoxal — isso poderá (terá de) ser feito a par com uma «mais equilibrada repartição dos rendimentos». Era, aliás, esta a mensagem que os chamados «tecnocratas» vinham anunciando há meia dúzia de anos e que, por bloqueamentos políticos e ideológicos bem conhecidos, não *pôde* ser ouvida pelos grandes interessados que eram, e são, aqueles mesmos detentores do capital. Traduzir aumentos de salários em crescimento de procura e de produtividade, estas em investimentos (e em inflação...), estas em boas taxas de lucro, e recomeçar o ciclo: eis um processo que não tem segredos para qualquer capitalista que se preze. É óbvio que tudo isto passa por uma «política social» dinâmica: a educação, o seguro social, a habitação «económica» são elementos indispensáveis para manter em boas condições a força de trabalho e para assegurar a sua reprodução. Na agricultura, na pesca, na indústria (desenterte-se o programa de 1970 de Eng.º Rogério Martins), nos serviços, o capital nacional devidamente articulado com o estrangeiro não precisará de excessiva imaginação para crescer e se multiplicar. O «internacionalismo capitalista» ajudá-lo-á, entretanto, a reverter os seus interesses coloniais, num quadro neocolonialista... Julgo que é bom que se saiba isto, e mais, que o capitalismo português, integrado enfim plenamente — ainda que numa

posição «subalterna» — no sistema «ocidental», se encontrará inserido num «status quo» internacional que a médio prazo lhe dará boas garantias de estabilidade: cada «bloco» abster-se-á, em defesa desse «status quo» de intervir em países do outro «bloco». A tarefa do Governo Provisório é precisamente a de dar confiança ao capital, nacional e estrangeiro, de lhe assegurar a ordem nas ruas e nas fábricas. Se o conseguir, creio que tudo se passará sem «sobresaltos» de maior.

Sendo assim, que sentido tem falar de outra perspectiva, ou seja, da perspectiva socialista? Vejamos. Se pusermos, à partida, que o socialismo *não é* a sociedade capitalista administrada por «socialistas», como se pode inserir o socialismo, o «projecto socialista, num quotidiano que constantemente o nega? E que terá isto a ver com a pergunta que originou este texto? É simples. O socialismo, como «forma de organização social» é, no limite, a sociedade *essencialmente* não-repressiva, a sociedade que maximiza o poder criador das massas. O socialismo como «forma de organização da produção» é, no limite, a articulação de todas as actividades produtivas e não-produtivas de uma forma que *essencialmente* minimiza os desperdícios sociais. Então, no plano teórico, poderemos concluir que, numa tal sociedade os problemas de «sobrevivência» se colocariam necessariamente de forma bem distinta do que naquele que conhecemos; em lugar de dizer «os capitalistas saberão (ou não) ultrapassar a crise», dir-se-ia: «*nós* encontraremos (inventaremos) as soluções mais justas para os *nossos* problemas». Porque, é indispensável que o compreendamos, as liberdades que vigoram em Portugal desde o 25 de Abril são as chamadas liberdades «formais»: são, sem dúvida, fundamentais no sentido em que nos deixam face a face, sem intermediários policiais ou outros, com a autêntica repressão inerente ao próprio sistema capitalista. Que repressão é essa? A que nos *obriga* a vender num mercado a «força do trabalho» de que dispomos como única riqueza. A que nos *obriga* a consumir aquilo que mais interessa aos empresários produzir. A que nos *obriga* a ser educados (ou não) e tratados (ou não) em função das necessidades do capital — que de nós pretende a máxima

produtividade. A que nos *obriga* a perder horas, diariamente em miseráveis transportes colectivos, porque é mais rendível produzir automóveis e porque a especulação nos *obriga* a viver longe do trabalho. A que nos *obriga* a ingerir a informação «democrática» em que à censura se substitui a «manipulação». A que nos *obriga* a não discutir «razões de Estado», a *todos* os níveis de *todas* as instituições em que supomos «participar». E no nosso quotidiano descobriremos mil outras coisas a que somos obrigados com o ar mais democrático deste mundo. Mas também descobriremos que para *todas* as questões há a solução (soluções) que o «sistema» admite e a solução (soluções) que ele não pode aceitar sem se negar.

O fascismo parecia interminável e não o foi. A divisão do mundo em blocos poderá parecê-lo, mas também não o será. O socialismo será internacionalista, ou não será. Cada vez que, para uma pergunta (ou uma situação) formos capazes de encontrar a resposta «impossível», estaremos a pôr uma pedra no edifício do socialismo futuro.

Qual a resposta «impossível» à pergunta que me foi posta? Antes de mais é aquela que opõe ao quantitativo o qualitativo. Por exemplo, dentro da primeira perspectiva que tratámos, poder-se-á dizer que não é possível fazer crescer o Produto Nacional a mais de, digamos, 7 ou, no limite, 8% ao ano, e que isto, só por si, limita os aumentos desejados do nível de vida. Nós diremos: o Produto Nacional contém uma parcela importante de «produtos» e «serviços» que aproveitam exclusivamente a uma pequena minoria da população ou que, simplesmente, se destinam a reproduzir o sistema. Exemplos: residências de luxo e segundas residências, edifícios de escritórios, confecções de luxo, automóveis (em lugar de veículos de transporte colectivo), despesas de publicidade e seguros, bem como numerosos produtos que apenas têm a utilidade que lhes dá a publicidade, despesas militares (em que se irão «reconverter»?), etc., etc. Grande parte destas despesas poderiam ser aplicadas na produção de «bens essenciais», ou na simples eliminação de efeitos sociais desastrosos na «qualidade» de vida (horas perdidas em transportes, poluição, etc.). Outro aspecto: raciocinando em termos de «grandes

variáveis económicas», aparece sempre o espantamento dos famosos equilíbrios a respeitar. Seja, por exemplo, o equilíbrio investimento-emprego. Quando voltarem os soldados? E se voltam os emigrantes? Ora bem, também isto tem uma resposta: a redução dos horários de trabalho, o controlo dos trabalhadores sobre as suas condições de trabalho, o próprio «ambiente» de trabalho, a consciência de estar a produzir coisas «úteis», etc., tudo isto comporta tais potencialidades de aumentos de produtividade, de criatividade, paralelamente com o aumento de novas possibilidades de acesso à educação, a cultura, a uma verdadeira melhoria da «qualidade» da vida quotidiana que, a ser possível tirar partido disso, se *encontrariam* completamente alteradas as noções de «crescimento» e de «efeitos económicos e sociais do investimento».

Estes escassos exemplos dão a imagem do que seria uma resposta «socialista» ao problema da «sobrevivência nacional». Não estamos numa sociedade socialista. Mas os trabalhadores *podem*, através da «discussão» e «análise» permanentes de todas estas questões e do seu próprio quotidiano, desenvolver lutas e adoptar comportamentos que, dentro dos limites que lhes são impostos, *prefigurem* a apropriação futura dos seus próprios destinos. Podem recusar-se a participar na exploração neo-colonial — o que lhes exige pôr em questão os próprios benefícios *materiais* que provavelmente dela retirariam. Podem lutar por que as decisões de investimentos sejam tomadas por critérios que não o da exclusiva rendibilidade privada. Podem reivindicar a criação de mecanismos de controlo, a todos os níveis (sobretudo ao nível do local de trabalho), que lhes dêem a consciência da sua própria capacidade de intervenção e decisão. Podem discutir a utilidade social do seu próprio trabalho e procurar que a produção seja gradualmente reconvertida em proveito dos trabalhadores-consumidores. Podem denunciar o carácter repressivo das hierarquias anti-democráticas (incluindo as que se afirmam sem discussão, como democráticas...), o seu papel de reprodução de relações sociais de exploração. É de todas estas lutas que um dia nascerá o socialismo, mas a sua construção começa *agora*.

## Joaquim Aguiar

Tal como está formulada, esta pergunta resulta, de facto, numa interrogação sobre a viabilidade de Portugal como nação independente. Para além das muitas dúvidas que se podem pôr em relação à noção de independência (política? económica? total? relativa?), terá também de se acrescentar que esta mesma questão se deveria ter posto logo que, a partir da segunda guerra mundial, se inicia o processo internacional de descolonização e em que se transfere o tradicional domínio político que caracteriza o modelo colonialista para o domínio económico que irá definir o modelo neocolonialista. Era nessa altura que se deveria ter analisado a possibilidade de uma efectiva independência de Portugal.

Desde esse momento, as possibilidades de manutenção de uma política colonial são nulas, e só as particularidades do regime político português poderão explicar a insistência irreal com que se defende uma opção que já nada tinha a ver com o desenvolvimento internacional das relações de produção e das relações de dominação entre as diferentes áreas económicas que compõem o sistema imperial português.

Neste sentido, não se trata de saber o que acontecerá se perdermos as colónias, como se ainda fosse possível fazer alguma coisa para as conservar. Não há nenhuma forma de acordo imaginável, seja ele de tipo político ou de base económica, que permita manter uma relação colonial entre as diversas partes do império.

O que importa analisar são as hipóteses de estabelecimento de relações económicas e políticas privilegiadas com essas zonas, depois de destruídos os últimos vínculos coloniais. O que importa é determinar as condições de definição de um plano

económico que consiga estabelecer uma «ponte de segurança» entre essas zonas e a Europa através da mediação do sistema económico continental, antes de americanos, japoneses e sul-africanos dividirem entre si os despojos de um império de opereta.

Se for possível definir um modelo geral deste tipo, criando áreas complementares de desenvolvimento entre o continente e as zonas anteriormente subordinadas ao domínio colonial, poderão resolver-se as múltiplas questões que se deixaram acumular ao longo de meio século de incapacidade e incompetência políticas. Ainda mais importante, só assim se poderão encontrar soluções que não impliquem a expulsão pura e simples de todos os brancos que vivem nessas áreas. E também só com a satisfação de tal condição se poderá evitar que as áreas coloniais passem directamente para o domínio neocolonial exercido pelos sistemas industriais desenvolvidos.

Se isso não acontecer, quer porque já não é objectivamente possível ou porque Portugal, em colaboração com os povos africanos, não consegue encontrar a necessária via de conciliação de interesses, nada ficará do império colonial para além da evidente demonstração de incapacidade política e civilizadora de Portugal.

Mesmo nesta segunda hipótese, não há qualquer razão para se admitir que Portugal esteja condenado a perder a sua independência. A economia portuguesa não pode aspirar a uma total auto-suficiência do seu sistema produtivo, pois não tem as necessárias condições de base (matérias-primas, população e mercados internos suficientemente desenvolvidos para justificar instalações industriais com uma dimensão mínima em todos os sectores), nem isso estaria adequado a um processo internacional de crescente divisão do trabalho industrial entre as diversas áreas nacionais que se integram em espaços mais amplos.

Mas não se pode partir desta verificação para se concluir que não há condições para uma independência política, pois o mesmo raciocínio teria de se aplicar a, pelo menos, metade dos países europeus independentes, o que nos conduziria a resultados manifestamente absurdos.

Aliás, é visível (e desejável) no processo de integração política e económica em curso na Europa a defesa de independências regionais, que facilitam a gestão local e permitem um maior reforço das políticas globais definidas ao nível de um parlamento europeu, já que estas se apoiam numa descentralização efectiva.

O facto de um sistema económico não ser auto-suficiente em nada lhe retira a viabilidade e a sua autonomia política relativa. Será natural que as diversas áreas nacionais que compõem a Europa contemporânea se especializem em certos tipos de actividades económicas, até porque nenhuma delas é totalmente independente das outras no plano económico, como também não o é no plano político. O facto de a economia portuguesa não ser auto-suficiente não impedirá que, dentro de um esquema global de planificação da actividade económica, se definam especializações úteis tanto para os portugueses como para os europeus. E pode mesmo vir a ser um factor muito positivo, já que evita o desperdício de recursos em iniciativas condenadas ao malogro.

Se é viável uma autonomia relativa para a economia portuguesa, dentro de um plano geral de desenvolvimento da economia europeia, não há motivos para se duvidar da viabilidade política de Portugal, mais uma vez dentro da concepção de uma crescente integração política dos países europeus e respeitados os limites exigidos pelo grau de interdependência entre as diversas políticas nacionais que caracteriza a dinâmica da política em espaços integrados.

O que é necessário notar é que o conceito de independência adequado às actuais relações internacionais não se pode comparar aos nacionalismos ingénuos e reaccionários que se difundiram na política internacional no período que mediou entre a primeira e a segunda guerra mundial e que muitas marcas deixaram na política portuguesa.

Para esse conceito rígido de nacionalismo, a independência de um país é definida pela sua total auto-suficiência e pela garantia de que sempre se poderá defender de qualquer ataque. Se for esse o padrão utilizado para aferir a independência de um

país, nenhuma nação contemporânea é independente.

Recusada a possibilidade de uma perda de independência (e porque motivo estaria a Espanha interessada em anexar Portugal quando não consegue anular o movimento de libertação da Catalunha?), não se poderá ainda considerar que esteja completa a resposta à pergunta que foi feita.

A questão colonial não se resolve com uma simplista defesa do genérico direito à independência de qualquer área e, por maioria de razão, das que se encontravam sob domínios coloniais; isso não é mais do que o evidente e natural prolongamento da análise que se fez das condições de independência de Portugal.

A questão colonial tem um longo passado e terá um futuro que existirá para além do urgente reconhecimento da independência das áreas mantidas sob o domínio português. Esse futuro tanto pode ser a demonstração das capacidades criadoras da nossa liberdade política e da abertura do debate colectivo perante os problemas fundamentais, como também se poderá traduzir numa fuga apressada e desordenada perante os problemas que Portugal criou aos povos africanos que oprimiu e que agora não sabe resolver.

Se a solução final se traduzir numa fuga a essas responsabilidades, nada mais se fará do que permitir a agudização das muitas contradições em jogo nessas zonas e o rápido desenvolvimento das relações neocolonialistas.

Para Portugal, essa hipótese traduzir-se-á numa instabilidade política interna, em consequência do retorno de colonos e o ressurgimento da direita colonialista (que não se cansará de repetir os argumentos da anterior política «suicida») e na perda de condições para o estabelecimento de relações privilegiadas com essas zonas, tanto no plano político como no económico.

O que está em causa não é, nem pode ser, a independência dessas zonas; também não é a viabilidade de Portugal como nação independente que fica ameaçada com uma ruptura de todos os laços com as colónias. O que neste momento se deveria discutir (em lugar de se perder tempo com ilusó-

rias distinções entre autodeterminação de independência são as condições de uma aliança política e económica entre as várias áreas *independentes* que emergem do antigo sistema imperial.

Se a aliança política não for conseguida, a acção portuguesa, ainda que a coberto da justificação de uma independência justa, reproduz a função objectiva do anterior regime corporativo-colonialista: abrir o campo para os interesses da economia americana e defender o racismo da África do Sul de um ataque directo da África negra. Poderá ser uma posição cómoda para Portugal mas, na prática, não satisfaz nenhum dos interesses em jogo nas áreas colonizadas. Apenas provocará um cisão ainda mais grave, permitindo que a África do Sul venha a financiar uma independência branca em Angola e Moçambique ou, na impossibilidade de tal esquema, venha a provocar fortes condições de instabilidade política nessas áreas.

Se as relações económicas não forem mantidas, destroem-se inutilmente possibilidades de um rápido desenvolvimento das economias africanas (cuja fragilidade será uma das razões que facilitam o estabelecimento de relações neocolonialistas e de dependência da África do Sul), perde-se uma oportunidade decisiva para o desenvolvimento económico do continente e retira-se à Europa um meio importante para combater a dominação económica dos Estados Unidos.

A experiência belga deverá ser recordada por quem pensa que os erros do colonialismo se podem apagar com o simples abandono das zonas colonizadas. O último império colonial está, paradoxalmente, na melhor posição para garantir uma transição eficaz entre os domínios inconsequentes e uma libertação efectiva dentro do sistema político internacional.

Os programas de ajuda financeira e tecnológica indispensáveis à execução de tal projecto não faltam, assim como não faltarão os apoios políticos. Mas se se quer aproveitar uma oportunidade única e que não se repetirá tem de se andar depressa, abandonando as pretensas distinções que não encontram fundamento em nenhuma lógica política que se queira definir como anticolonialista.

Em suma, o passo necessário está na definição de uma *realpolitik* que não se deixe limitar pelas propostas simplistas, e puramente ideológicas, das posições extremistas. Se alguma forma de presença portuguesa e europeia em África é perigosa, mais grave ainda é deixar o campo aberto aos fanáticos da África do Sul. E se o destino dos colonos brancos não deve ser esquecido, também (e por maioria de razão) não se pode esquecer o destino dos emigrantes portugueses que tiveram de escolher essa via para que se defendesse a posição desses mesmos colonos.

É fundamental tornar politicamente viáveis certas formas de colaboração entre Portugal e os povos africanos. Mas não se pode esperar atingir tal solução sem o sacrifício objectivo dos interesses de *alguns* portugueses.

## Manuel Belo

A pergunta que me é posta traz-me à memória o que um acaso recente me fez ler numa velha antologia «Alta Cultura Colonial» dos anos Trinta. Exclamava então Agostinho de Campos: «Portugal precisa de crescer fora da Península para ser realmente livre e independente. Dilema teimoso: ou império ou província.» Sabemos todos como a ideologia dominante no nosso país, ao longo do último meio século, alimentou e explorou aquele dilema... teimoso, sem dúvida. As palavras e as fórmulas jurídicas foram mudando com o evoluir das conjunturas externas — desde a transformação das colónias em «províncias ultramarinas», em 1951, até ao «mercado único português» da década de Sessenta e, finalmente aos Estados «honoríficos» de Marcelo Caetano. Mas tratava-se sempre e somente de formulações de fachada, de meros disfarces de uma realidade que permanecia a mesma: a sujeição colonial dos povos do ultramar.

Pensar que a existência e a liberdade da nação portuguesa, constituída na Europa há oito séculos, depende da continuidade das relações de tipo colonial mantidas com os territórios africanos é, quanto a mim, suprema heresia. A existência da nação depende sim, antes de mais, da vontade solidária dos portugueses de viverem organizados numa comunidade política independente e livre. Daí que o verdadeiro perigo para a sobrevivência da nação esteja na denegação das liberdades públicas e dos direitos individuais dos cidadãos. Um povo sem possibilidade de exercer os seus direitos cívicos está de antemão preparado para a perda de uma independência nacional que, em tais condições, pouco significa para ele.

Temos agora diante de nós a imensa tarefa de reconstruir, desde os alicerces, uma comunidade

nacional livre e democrática. Será na medida em que conseguirmos levar a bom termo tal tarefa que a independência nacional ficará assegurada e aparecerá aos olhos de todos como algo cuja conservação justifica os sacrifícios máximos.

Mas — pergunta-se — será possível prosperar, no plano da economia, sem as antigas ligações coloniais? Não vou, nesta breve nota, historiar as polémicas de um passado recente em que um antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar se insurgia, na chamada Assembleia Nacional, contra a ideia de que a metrópole pudesse ser considerada «como base separada de desenvolvimento». A verdade é que já então, em 1970, uma evolução irreversível do comércio externo português apontava claramente em tal sentido. Entre as supostas virtualidades do processo de integração do «espaço português» e a inserção no quadro da integração económica europeia, a escolha, no domínio dos factos, parecia já estar feita.

Com efeito, o intercâmbio com a Europa, através da participação na EFTA desde o começo dos anos Sessenta, tinha adquirido uma preponderância decisiva, em detrimento das trocas com os territórios ultramarinos. Sobreveio entretanto o colapso do sistema de pagamentos interterritoriais, consagrando-se assim, insofismavelmente, o fracasso da tentativa de «mercado único português». O declínio da posição relativa do ultramar, no cômputo global do nosso comércio externo, acentuou-se ainda mais decisivamente. As estatísticas são bem eloquentes: as exportações da metrópole para o ultramar que representavam 28,9% do total em 1959 passaram a representar apenas 14,8% em 1973. Inversamente, no caso dos países europeus (membros da EFTA e da CEE) aquelas percentagens foram, respectivamente de 41,4% e de 62,5%.

Portugal tornou-se cada vez mais dependente da Europa e cada vez menos dependente dos territórios ultramarinos. E não só no plano das transacções comerciais. Também no que respeita ao movimento de capitais se verificou uma crescente expansão dos investimentos de origem total ou parcialmente europeia em diversos factores industriais do continente português. E, paralelamente,

assistiu-se a outro fenómeno de importância capital para a integração portuguesa no sistema económico do ocidente europeu. Refiro-me à emigração de mais de um milhão de portugueses para países europeus e ao enorme volume de remessas monetárias que daí resultaram. O contributo ultramarino para o equilíbrio económico externo da zona do escudo, outrora fundamental pelo seu *apport* de divisas passou para plano secundário.

A elaboração de um balanço dos ganhos e das perdas que, em termos estritamente económicos, resultaram para a metrópole das suas relações com o ultramar nos últimos anos, é tarefa que talvez nunca poderá realizar-se rigorosamente, dada a sua extrema complexidade e a falta de dados que, em grande parte, foram deliberadamente escamoteados pela administração do anterior regime. Todavia, tendo sobretudo presentes as muitas dezenas de milhões de contos de despesas militares, constantemente agravadas, não hesito em concluir, pela minha parte, que o ultramar em guerra era um entrave, mais que um factor estimulante, para a economia portuguesa.

Com vista ao futuro, um caminho inelutável se nos apresenta: sem monosprezar as possibilidades de manter, em novas bases, relações económicas com as antigas colónias africanas, orientar decididamente as nossas trocas externas para outros mercados, diversificando as nossas relações. Será, aliás, a completa descolonização das antigas «províncias ultramarinas» portuguesas que nos abrirá novas possibilidades de aproximação, não apenas com os países europeus membros da CEE, mas também com os países socialistas do COMECON e com o Terceiro Mundo.

Em todos estes países dispomos agora de um preciosíssimo capital de boas vontades, graças à nova via democrática em que estamos empenhados desde o dia memorável de 25 de Abril de 1974. Há que cultivar e aproveitar estas magníficas disposições, depois de tantos anos de acabrunhante ostracismo internacional a que o anterior regime ditatorial e colonialista nos havia condenado.

Por certo que será necessária uma profunda reconversão e reestruturação do aparelho produtivo

interno. Tratar-se-á nomeadamente de programar o desenvolvimento das produções industriais que poderão encontrar uma larga base de consumo nos vastos mercados que se nos abrirão. Não nos faltará também auxílio técnico e financeiro por parte de países amigos que atingiram níveis mais elevados de desenvolvimento tecnológico.

As dificuldades mais sérias serão de ordem interna. Haverá que vencer as resistências dos que não estão interessados em que prospere uma nova ordem social de base democrática. Mas, se o conseguirmos, creio firmemente que Portugal, para além da fase difícil e dolorosa da descolonização, poderá assegurar o seu equilíbrio económico externo e o seu desenvolvimento, garantindo assim à comunidade nacional uma vida independente, na liberdade e na justiça.

## Manuela Silva

1. Para além de razões meramente ideológicas, para as quais, eventualmente, se pretenda cobertura com pretensos argumentos colhidos no domínio económico, não vejo o que possa levar alguém a pensar que «se perdermos as colónias, estamos destinados a ser uma província espanhola» ou a recear não ser possível ao país «manter a sua independência política, viver e desenvolver-se sem as colónias».

2. No contexto europeu, Portugal é um pequeno país em população e território, mas outras nações existem que se têm mantido independentes e prósperas com menos superfície (a Holanda, a Dinamarca, a Bélgica ou a Suíça) e também com população mais reduzida do que a nossa (a Suíça, a Suécia ou a Noruega).

3. Dispomos, presentemente, de um rendimento *per capita* dos mais baixos da Europa (menos de \$700) e temos apresentado, até agora, indicadores de subdesenvolvimento que, para além de todas as limitações teóricas e de informação estatística de que normalmente enfermam, não contradizem uma realidade sentida de que as condições de vida da maioria dos portugueses têm de considerar-se inaceitáveis, mesmo à luz dos figurinos menos exigentes. Contudo, temos «tido» as colónias e temos praticado a exploração colonial, donde se conclui que não terá sido o povo português quem tirou vantagens reais da situação colonial e da dominação até hoje imposta aos povos dos territórios africanos sob a administração portuguesa. A prova está patente na própria situação interna a que chegámos.

Fica-nos a dúvida: haverá quem esteja a pensar que sem colónias a situação presente seria ainda pior?

4. A manutenção da exploração colonial quando a maioria dos povos africanos já ascenderam, há muito, à sua independência política e bem assim o recurso à guerra contra os movimentos de libertação têm feito recair sobre o povo português consequências indirectas que se têm de considerar como um obstáculo ao desenvolvimento. Pense-se, em particular, nos entraves postos às relações económicas normais com o mercado comum europeu, com os países de leste ou com a maioria dos países africanos; no isolamento em que vínhamos sendo reduzidos nas instâncias internacionais de decisão e concertação de interesses; nas limitações encontradas na colaboração técnica ou financeira das organizações internacionais.

Por outro lado, atente-se no incremento da dívida externa e da dependência política perante países que mais ou menos discretamente e à custa de condições onerosas foram assegurando o envio de armamento e outras ajudas de finalidade bélica.

Mesmo sem descer à concretização destes aspectos, não creio deixar lugar para dúvidas de que, eliminadas as razões que estão na sua origem, se abrirão ao povo português formas de cooperação internacional favoráveis à aceleração do desenvolvimento interno e ao reforço da sua autêntica independência política. Portanto, há que concluir que não só a exploração colonial e a guerra que a sustenta não constituíram uma salvaguarda do desenvolvimento e da independência política nacionais, como, pelo contrário, indirectamente têm originado efeitos que lhes são contrários.

5. Por outro lado, julgo dever desfazer o equívoco do pressuposto de que a independência de Angola, Moçambique ou Guiné cortem necessariamente aqueles novos países de todas as relações com Portugal. O que virá a acabar forçosamente serão as relações de exploração actualmente existentes pois nelas não poderão consentir os governos

respectivos, mas poderão existir não só relações económicas a estabelecer dentro dos limites dos interesses recíprocos das partes e salvaguardada a respectiva autonomia de decisão, como também poderão surgir formas variadas de cooperação e solidariedade a estabelecer segundo bases que permitam e fomentem a real emancipação dos povos. É este, quanto a mim, um aspecto importante a ter em conta nas negociações que já estão anunciadas e uma via a ter presente na necessidade de oferecer uma justa reparação pelos danos causados aos povos das colónias, nomeadamente a guerra que lhes impusemos ao longo destes treze anos. Tal reparação poderá, eventualmente, revestir formas de cooperação desejadas por esses povos e que respondem aos seus verdadeiros interesses, em particular reforçando as posições de independência que queiram assumir relativamente a sujeições ou dependências de ordem económica ou política.

As condições de liberalização interna criadas pelo 25 de Abril motivaram já ofertas de colaboração internacional por parte de países menos enfeudados aos imperialismos actualmente existentes. Se vierem a concretizar-se boas relações entre Portugal e esses países (Holanda, Bélgica, Suécia, Jugoslávia, entre outros), poderemos aí encontrar vantagens de cooperação internacional que possamos partilhar com vantagem com as actuais colónias portuguesas na construção da sua respectiva independência.

6. Por último, desejaria denunciar a incorrecção das bases que servem para a formulação da questão que me foi posta, a qual reflecte uma ideia de «posse» relativamente às colónias, imagem esta tantos anos alimentada pela ciência «oficial» que não admitia ser contravertida, mesmo quando se tratava apenas de recordar factos objectivos — a muito recente e ainda escassa ocupação branca dos territórios africanos; a baixa proporção da população branca em relação à população negra; a discriminação real de salários e vantagens sociais para os trabalhadores negros e brancos, etc.

Não se «possuem» povos se não por efeito de sistemas e práticas de dominação. Uns e outras ca-

recem de ser denunciados e rapidamente eliminados os condicionalismos que impedem formas de organização e governo escolhidos pelos povos hoje dominados pela guerra, povos cujo direito à autodeterminação e independência não deve mais ser negado nem deferidos os caminhos conducentes à sua realização efectiva. Isto quaisquer que sejam as razões invocadas.

## Ulpiano F. Nascimento

1. *É acto de soberania e de independência promover a autodeterminação dos povos africanos.*

É um acto de autêntica independência e de soberania nacional a decisão de Portugal promover a autodeterminação das populações ultramarinas e arcar com as respectivas responsabilidades. O país que desta maneira procede é porque é livre e independente, e deseja continuar a sê-lo.

2. *A nossa presença em África era um enxerto radicado através da ocupação militar.*

Ainda estávamos na prisão de Caxias, em 1959, já o caso colonial português ali se levantou. Então, lembro-me perfeitamente que a questão era posta por nós em termos de ética, num esforço para nos libertarmos de toda a nefasta influência tradicional e fascista que caía sobre nós. Os valores básicos e essenciais duma nação, tanto na Guiné como em Angola, Moçambique e nos Estados da Índia encontram-se na geografia, ecologia, sociedade, raça e população, religião e língua, respectivamente, de cada um desses territórios. Nós estávamos, portanto, fora dessas condições naturais. A nossa presença nessas áreas, a partir de certo momento da história, objectivamente, consistia de facto num enxerto, radicado através do exercício do poder, da posse e da ocupação militar.

3. *As colónias representaram para a metrópole o alargamento da fronteira comercial e o enriquecimento duma minoria privilegiada.*

Em 1961, escrevemos num livrinho: «A Indústria Portuguesa e o Condicionalismo Institucional» (edições *Seara Nova*), sob o pseudónimo de Pinto de Almeida — como então era conveniente —, em que dizíamos: «Um misto de feudalismo e capitalismo

voltado para o ultramar acabou por se instalar no país, sob a égide de um poder central (ditadura de Salazar), não favorecendo, em termos nacionais, nem a indústria nem a agricultura metropolitanas, agravando, portanto, o que os descobrimentos e a colonização já tinham originado». Efectivamente através destes quatro séculos de ocupação colonial criaram-se um certo tipo de relações socioeconómicas de domínio entre Portugal e as colónias que, inevitavelmente, viriam a influenciar, pouco a pouco, as características económicas e sociais do país, definidas inicialmente em grande parte por um feudalismo rural, com base numa economia de subsistência, agro-pecuária, com fraca expressão urbana. Com a ocupação dos territórios ultramarinos a fronteira comercial alargou-se, ganhando por isso a economia metropolitana, até aí consideravelmente fechada, novos impulsos e dinamismo, transformando-se, em muitos aspectos, numa economia urbana comercial. Esta economia alimentava-se dos rendimentos excedentários gerados nas colónias, obtidos mediante lucro comercial. Destes rendimentos só uma pequena parte era consumida pelos comerciantes e empresários; a parte restante era investida principalmente na construção civil, na frota comercial, nalguma indústria transformadora, em bancos comerciais, tudo em função dos centros de decisão da metrópole, em favor do seu comércio, do capital lucrativo.

#### 4. *Os centros de decisão da economia das colónias estavam em grande parte em Lisboa.*

As instituições, a legislação em vigor, o funcionamento de certos serviços, tudo comprovava a existência desse domínio colonial e da oligarquia metropolitana, cujas actividades extractivas e comerciais nas colónias não comportavam até à irrupção da guerra, qualquer espécie de encargos ou risco para a administração do Terreiro do Paço. Com efeito, os orçamentos ordinários das referidas colónias, cobriam todos os gastos resultantes da presença das autoridades metropolitanas ali estabelecidas e das tropas; os créditos outorgados àqueles territórios pela metrópole (orçamentos extraordinários), seriam reembolsáveis (Constituição e Lei Orgânica

do Ultramar). As colónias, por outro lado, não podiam industrializar as suas matérias-primas sempre que na Metrópole existisse uma indústria congénere (art. 4.º do Decreto-Lei n.º 26 509, de 1936). Com efeito, o país recebia matérias-primas das colónias, transformava-as em produtos acabados, que expedia, sobrevalorizados, para aqueles territórios. Portugal vendia mais do que comprava às colónias, independentemente da deterioração das razões de troca, de certo desfavoráveis à economia dessas áreas.

5. *O domínio colonial português e a pobreza das populações metropolitanas têm raízes no monopólio de Estado e na existência da oligarquia hereditária, do século XVI.*

É notório que as economias ultramarinas foram, através dos tempos, estruturadas para servir a economia metropolitana, a qual, por sua vez foi posta ao serviço de uma minoria privilegiada. A base desse domínio encontra-se na história: assentava no monopólio do Estado sobre o comércio do Oriente, África e Brasil, cujos resultados se distribuíam depois entre os membros da oligarquia hereditária, a qual assim fortalecida, automaticamente consolidava o seu domínio territorial na metrópole. Aqui, encontramos os fundamentos da actual disforme estrutura agrária do país. Desta maneira, as populações nativas africanas pouco ou nada ganharam com esta tutela, o que não significa que as populações metropolitanas fossem mais favorecidas do que aquelas. Não. Os privilégios da classe dominante opunham-se à satisfação das necessidades mais elementares dessas populações. Outrossim, a liquidez internacional que Portugal disfrutou, mais tarde, devia-se exclusivamente, até aos primeiros anos de Sessenta, ao excedente da balança de pagamentos das colónias, o qual, sempre pôde cobrir o pesado défice crónico da balança de pagamentos da metrópole.

6. *Um grande império colonial que engendrou um milhão e meio de emigrantes.*

De facto, não era por Portugal possuir um grande império, que se impediu que um milhão e meio de portugueses (cerca de 15% da população

metropolitana), tivessem de abandonar o país, por falta neste de condições mínimas de vida. Isto não aconteceu como sabemos, com as pequenas Holanda e Bélgica, quando entregaram as suas respectivas colónias às populações autóctones, embora tivessem experimentado, directamente, uma terrível e grande guerra. Isto não impediu também que esses pequenos países pudessem acolher os nossos humildes trabalhadores, filhos de um «grande império», e proporcionar-lhes emprego. Assim, as instituições e a mentalidade que existiam nesses tempos recuados puderam manter-se no fundo até aos nossos dias. Assim, se conservaram os privilégios dos grandes senhores rurais, impondo a sua defeituosa estrutura agrária; se cristalizou a nossa cultura e ensino, negando tudo o que fosse humanismo e progresso. Assim, se minimizou a indústria nacional; assim se desenvolveu certo tipo de comércio, se entesourou, se fomentou a banca e se especulou sem medida. E tudo se fez ignorando o Povo e sobre o Povo: o Povo metropolitano e africano.

*7. Perder-se-ão as colónias mas não se perderam as relações comerciais, culturais e humanas, que ganharão outro espírito e outro estilo.*

Evidentemente que o desmanchar de toda esta situação de domínio, a interrupção de certos fluxos de rendimento, tal como se encontram e processam agora, irão provocar certamente grandes perturbações na vida do país e nas relações deste com os territórios das antigas colónias, no plano económico sobretudo. Mas no plano económico, não em termos monetários, não em termos de movimento de mercadorias, de assistência técnica e até no campo do investimento, mas tão-somente em termos de domínio e de decisão. No quadro humano poderão haver também alguns problemas em relação com aquelas pessoas, cujo comportamento foi notoriamente condenável ou comprometido com o velho regime, como afinal tem vindo a acontecer entre nós, aqui, na metrópole. O africano conhece bem aquele que o explorou e abusou da sua situação, aquele que se esqueceu de que o preto era um homem. Para além disto, tudo o mais que poderá acontecer serão os próprios efeitos da mudança: soluções de continui-

dade, vários abandonos e novas relações, no quadro do novo convívio entre o povo português e os povos africanos agora livres. Não acreditamos que possa acontecer mais qualquer coisa significativa decorrente deste histórico acontecimento, embora reconheçamos que os treze anos de estúpida guerra colonial imposta por nós tenham afectado muitíssimo as relações humanas e sociais entre portugueses e africanos. Neste caso, há que fazer um esforço para distinguir o que é circunstancial e intencional, fazer *mea culpa* e sanear o caminho para boas relações, firmemente.

8. *A liberdade e independência de um povo podem realizar-se a qualquer nível de desenvolvimento.*

Não vemos que a falta das colónias no quadro da economia portuguesa possa melindrar o equilíbrio político estabelecido na Península Ibérica e, portanto, pôr em risco a nossa independência. Antes do mais, devemos salientar que a liberdade e independência de um povo podem realizar-se a qualquer nível de desenvolvimento. Depois, é preciso ter em conta que as economias de Espanha e Portugal são concorrentes e não complementares, o que reduz desde logo a possibilidade de certas dependências e influências. Historicamente, também, os apetites de domínio estão em grande parte fora de moda. A tecnologia e produtividade deram um duro golpe nesse tipo de dependências tradicionais. De resto, o arranjo para que tende a Europa, no plano económico, não favorece, através de maquinismos de mercado unificado, domínios subjacentes, sub-regionais. O comércio externo português com as zonas da CEE e da EFTA, tem um peso determinante no sentido de proporcionar no contexto da política europeia um equilíbrio salutar à sua independência. Finalmente, segundo cremos, Portugal perderá as colónias, mas não perderá a totalidade do seu comércio, movimento de pessoas e sua segurança, assistência técnica e financeira e o funcionamento de certos serviços estabelecidos com os territórios das suas antigas colónias. Simplesmente, estas relações devem processar-se dentro de um novo estilo, de respeito mútuo e de não interferência, isentas de espírito de domínio e de discriminação.

## NOTA DO EDITOR

*Em algumas respostas à pergunta-tema deste caderno, a pergunta é criticada. Assim — imediata e fundamentalmente — é criticada uma tese da autoria de um ministro dos estrangeiros de Salazar, a racionalização do colonialismo que justificou toda uma política, e que através dos meios de comunicação de massas penetrou em grande número de portugueses — pois a pergunta não é mais do que essa tese passada à forma interrogativa.*

*Com o 25 de Abril o pensamento do referido grande número de portugueses com certeza não se transformou significativamente. (A luta ideológica tem uma temporalidade relativamente lenta.) Daí o interesse político de formular a pergunta a economistas que consideramos dos melhor apetrechados.*

*Que a pergunta ponha mal o problema — de acordo. Mas o combate ideológico obriga — pelo menos muitas vezes — a responder a perguntas mal formuladas, pois muitas vezes se tem de combater no terreno do adversário. Um exemplo célebre: Materialismo e empiro-criticismo. Aí um não empirista combate o empirismo dentro dos próprios quadros do empirismo.*



## ALGUNS TÍTULOS DE INICIATIVAS EDITORIAIS

### Colecção «Séc. XX/XXI»

(Nos últimos anos do século a problemática da transição)

As Classes Sociais

por Georges Gurvitch

60\$00

O Livro do Rearmamento

por Enrique Ruiz Garcia

50\$00

Inquérito à Informação

por Vásquez Montalbán

50\$00

A Leste, uma Sociedade mais Justa?

por vários autores

35\$00

O Homem e a Cidade

por Henry Laborit

70\$00

A Socialização da Medicina

por vários autores

75\$00

Rumo a uma antimedicina?

por Paul Milliez e Henry Laborit

90\$00

## **Colecção «Real Imaginário»**

(Em busca das dimensões do humano)

### **O Massacre**

romance de Faure da Rosa

59\$00

### **A Engrenagem**

variações sobre um tema de Sartre

teatro de José Fernandes Fafe

30\$00

### **Operários Falam**

entrevistas recolhidas por Júlio Graça

100\$00

### **Quero Entender o Mundo**

crónicas de Keil do Amaral

## **CADERNOS POLÍTICOS DE EDUCAÇÃO POPULAR**

**MARTA HARNECKER e GABRIELA URIBE**

Destes cadernos venderam-se centenas de milhar senão mais de meio milhão na América Latina. Talvez se trate da melhor obra existente de educação política popular. Adaptada à realidade portuguesa por uma equipa de economistas.

### **Publicado**

1 — Explorados e Exploradores

### **A Publicar**

2 — Exploração Capitalista

3 — Monopólios e Miséria

4 — Luta de Classes

5 — Imperialismo e Dependência

6 — Capitalismo e Socialismo

7 — Socialismo e Comunismo

# ALGUNS TÍTULOS DE INICIATIVAS EDITORIAIS

## CADERNOS PONTOS DE VISTA

- N.º 1: O Presidencialismo Português 7\$50
- N.º 2: Cuba é estalinista?  
Textos de Heberto Padilla, Fidel Castro, Vargas Llosa, Charles Bettelheim, Alejo Carpentier, etc. 7\$50
- N.º 3: Portugal pode viver sem as colónias?  
Textos de António Guterres, Augusto Mateus, Eduardo Mesquita de Abreu, F. Ramos da Costa, Gilberto Lindim Ramos, João Martins Pereira, Joaquim Aguiar, Manuel Belo, Manuela Silva, Ulpiano F. Nascimento. 25\$00
- N.º 4: Sobre os Sindicatos.  
Lenine 30\$00

Este caderno foi composto e impresso para  
Iniciativas Editoriais, em Setembro de 1974,  
na tipografia Garcia & Carvalho, Lda.  
Rua Santo António da Glória, 90 — Lisboa

2/16/85



**INICIATIVAS EDITORIAIS**

Av. Rio de Janeiro, 6 s/c. Esq. - Telef. 724051 - Lisboa 5